



Acta Scientiarum. Education

ISSN: 2178-5198

eduem@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

de Souza Zierer, Adriana Maria
Modelos educativos de nobre e reina Crónica de D. João I, de Fernão Lopes
Acta Scientiarum. Education, vol. 32, núm. 1, 2010, pp. 55-66
Universidade Estadual de Maringá
Paraná, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=303324733007>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Modelos educativos de nobre e rei na *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes

Adriana Maria de Souza Zierer

Departamento de História e Geografia, Universidade Estadual do Maranhão, Cidade Universitária Paulo VI, Tirirical, 65055-970, São Luis, Maranhão, Brasil. E-mail: medievalzierer@terra.com.br

RESUMO. A partir do momento em que ascendeu ao poder político por meio do Movimento de Avis (1383-1385), D. João e seus filhos estimularam a produção de obras que indicavam modelos de comportamento voltados à educação da corte e conhecidos como Prosa Moralística. A *Crónica de D. João I*, escrita por Fernão Lopes após a morte desse monarca, com o objetivo de legitimar o seu poder e o de sua descendência, também se constitui em manual educativo, pois propõe modelos ideais de comportamento da nobreza e da monarquia. A “nova nobreza” deveria estar ligada à “causa nacional” e o “novo monarca” deveria possuir uma série de virtudes incontestáveis, que ultrapassassem a condição de bastardia de D. João I e o apresentassem como novo modelo de monarca. Portanto, os dois heróis e modelos educativos do cronista Fernão Lopes são o nobre Nuno Álvares Pereira, associado à imagem do cavaleiro arturiano Galaaz, e o rei D. João, o Messias de Lisboa, que “salvou” aquela cidade do domínio castelhano. As relações entre nobreza e monarquia propostas na *Crónica* indicam a centralização do poder e disciplinarização dos nobres pela monarquia.

Palavras-chave: modelos educativos, Nuno Álvares Pereira, D. João I, *Crónica de D. João I*.

ABSTRACT. Educational models for nobles and kings in Fernão Lopes's *John I's Chronicles*. When he achieved political power through the Avis movement (1383-1385), John I and his sons stimulated the production of literary works, known as “Moralistic prose,” that furnished behavior patterns within the context of education at the royal court. Fernão Lopes's *John I's Chronicles*, written after the monarch's death tried to legitimize his power and the power of his descendants. It was also an educational manual since it provided ideal models for the behavior of nobles and kings. The “new nobility” should be involved with the “national cause” and the “new king” should show incontestable virtues that would be beyond the illegitimacy status of John I. The latter would be indicated as a new royalty model. Therefore, the two heroes and educational models of the chronicler Fernão Lopes are the nobleman Nuno Alvares Pereira, associated to the representation of the Arthurian knight Sir Galahad, and King John of Portugal, the Messiah of Lisbon, who “saved” the city from the Castilian domain. Relationships between the monarchy and the nobility suggested in the *Chronicles* indicate power centralization and the discipline meted out by the monarch on the nobles.

Key words: educational models, Nuno Álvares Pereira, John I of Portugal, *John I's Chronicles*.

Introdução

Para compreender a *Crónica de D. João I* como uma proposta de um novo modelo educativo de rei e nobre ideal, proposto pela Dinastia de Avis, é necessário inicialmente, compreendermos o momento político de Portugal após a morte de D. Fernando (1367-1383), quando ocorreu o Movimento de Avis (1383-1385).

O governo de D. Fernando havia herdado consideráveis recursos do reinado anterior de D. Pedro (1357-1367). No entanto, o novo rei envolveu-se em guerras dinásticas com Castela e não obteve vantagens nos três conflitos em que participou, não vencendo nenhum deles. Além disso, o seu reinado ocorreu nos anos da Peste Negra e houve também revoltas dos

“miúdos” contra os abusos dos “grandes”, as chamadas “uniões”, no contexto do século XIV de guerra, fome e peste (TAVARES, 1989; SOUZA, s/d).

Um episódio que desagradou bastante à população foi, ainda, o casamento de D. Fernando com uma dama castelhana que já era casada, chamada Leonor Teles. O casamento anterior desta dama fora anulado e esta se casou em segredo com D. Fernando, o que foi mais tarde visto como motivo de infortúnio para o reino. O casal teve apenas uma filha, D. Beatriz, menor de idade quando do falecimento do rei, em 1383.

Com a morte de D. Fernando, duas opções se apresentaram. Uma era o reino ser governado pela rainha, D. Leonor, que era acusada de ser amante de

um nobre espanhol, o Conde de Andeiro. A outra era o reino ser conduzido pelo rei castelhano, D. João de Castela. Esta opção era a mais provável, visto que D. Fernando, depois da última das guerras contra Castela, havia assinado o Tratado de Salvaterra dos Magos, e, pelo Tratado, o descendente de sua filha, casada com o rei de Castela, seria o novo rei de Portugal. Como a donzela ainda não estava em idade núbil e esse herdeiro não havia sido sequer gerado, a tendência era que D. João de Castela assumisse o trono português.

Essa opção era aceita pela maior parte da nobreza portuguesa, visto que na época ainda não havia sentimento nacional em Portugal e considerava-se correto seguir o acordo entre os dois reis, D. Fernando e D. João de Castela, ambos nobres.

Uma terceira opção se apresentou. D. João de Portugal, Mestre de Avis, irmão do falecido D. Fernando e filho bastardo do rei D. Pedro, teve o apoio de nobres secundogênitos, comerciantes e da população pobre da cidade de Lisboa e conseguiu eleger-se como regedor do reino. Os castelhanos atacaram Portugal, mas não conseguiram a vitória. Em 1385, D. João foi alçado rei de Portugal e depois conseguiu uma importante vitória contra Castela na Batalha de Aljubarrota. A guerra entre os reinos ainda durou muito tempo, mas depois veio a paz. D. João I continuou a governar até a sua morte em 1433, tornando-se o primeiro monarca da Dinastia de Avis.

Embora seu governo tenha sido marcado por fomes, guerras e conflitos sociais, elementos positivos como o início da Expansão Marítima e a tomada de Ceuta (1415), na África, além da propaganda das ações do rei, que ficou conhecido como o “Rei da Boa Memória”, contribuíram para uma memória positiva do seu reinado.

No intuito de valorizar o novo ideal de monarca, bastardo, porém valoroso, especialmente por suas virtudes e por seu amor a Deus e preocupado com a “causa nacional” e saudar um novo tipo de nobre, totalmente fiel a seu rei em um momento de centralização política, foi composta uma série de escritos pela Dinastia de Avis, conhecidos como Prosa Moralística ou Prosa de Avis. Esses escritos procuraram apresentar modelos comportamentais de rei e de nobre ideal, segundo os interesses da nova dinastia. Dentre os textos mais conhecidos estão os confeccionados por D. João e seus filhos, como, por exemplo, a *Virtuosa Benfeitoria*, escrita pelo infante D. Pedro, o *Leal Conselheiro*, de D. Duarte, e manuais como o *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, também de D. Duarte, e o *Livro de Montaria*, do rei D. João I. A *Crônica de D. João I* também pode ser classificada como um manual de comportamento, uma vez que, ao justificar a nova dinastia no poder, também propõe

modelos educacionais desejados para a nobreza e monarquia. Por isso, o objetivo central deste artigo é apresentar a *Crônica de D. João I*, não só como relato cronístico, justificador da ascensão da Dinastia de Avis ao poder, mas também como um manual educativo para os estratos dirigentes da sociedade portuguesa, isto é, os nobres e reis.

Elementos Gerais da *Crônica de D. João I*: o autor e a obra

A memória positiva sobre D. João foi sendo construída durante o seu reinado e propagou-se após a sua morte. O primeiro a falar do governo joanino foi o cronista Fernão Lopes, contratado pelo filho daquele, D. Duarte, para pôr em crônica a história de todos os reis de Portugal até aquele momento (1418) e pelo qual o autor receberia um pagamento anual.

Fernão Lopes teve origem humilde e nasceu nos arredores de Lisboa entre 1380-1390. Era filho de mesteiros ou de camponeses e uma de suas sobrinhas se casou com um sapateiro (MARQUES, 1976). O autor escreveu uma trilogia, as crônicas de D. Pedro, D. Fernando e a de D. João I, crônicas essas que dialogam entre si. Vários filólogos acreditam ser ele também o autor da *Crônica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*, também conhecida como *Crônica de 1419* e que é considerada anônima.

A linguagem utilizada pelo autor é envolvente, “fílmica”. Ele parece conversar com a plateia que ouviria o seu relato e sua descrição dos fatos é viva e movimentada (MONTEIRO, 1988, p. 111). Ao contrário dos cronistas da época, o autor preocupa-se em descrever as massas, que ele chama de “miúdos” ou “povo do Messias de Lisboa”, por quem nutre grande simpatia. Outro elemento importante é que Fernão Lopes tinha o cargo equivalente ao de Chefe do Arquivo Geral do Estado, ou, na linguagem da época, Guarda-mor da Torre do Tombo (SARAIVA, 1997, p. 17). Tinha preocupação em aferir a autenticidade da documentação e fazer pesquisas. Contudo, não podemos esquecer o fato de que o relato que escreve é uma história encomendada, com o propósito central de atender aos interesses da Dinastia de Avis e por este motivo o autor elogia alguns e denigre outros (FERREIRA, 1995, p. 17). Assim, em primeiro lugar, seu objetivo é valorizar a figura do rei, chamado por ele de o “Messias de Lisboa”, aquele que vem salvar Portugal dos castelhanos e, a seu lado, o seu comandante militar, apresentado como modelo de nobre ideal.

O principal escrito a influenciar Fernão Lopes foi a *Crônica do Condestabre*, de autoria anônima, que visava glorificar a figura de Nuno Álvares Pereira.

Segundo Teresa Amado, este relato teria sido o mais utilizado por ele, que copiou trechos inteiros da obra e os acrescentou à sua, embora não mencione tal fato (AMADO, 1991, p. 51). Na narrativa de Lopes, Nuno Álvares ocupa papel central na *Crônica de D. João I* como modelo de nobre português ideal que deveria ser seguido pelos demais. Outras fontes utilizadas pelo autor foram crônicas portuguesas atualmente perdidas, como as de Martim Afonso Melo e do Dr. Cristophorus (Cristóvão) (SARAIVA; LOPES, 1978) e, dentre o material não-português, a *Crônica de Ayala* sobre o reinado de D. João de Castela.

Fernão Lopes apresenta D. João como bom cristão, por apoiar o papa de Roma, ao passo que seu oponente castelhano é visto como um “herético e cismático”, por apoiar o papa de Avignon. Nesse período havia dois papas na Cristandade, em Roma e em Avignon, pelo chamado Cisma do Ocidente (1378-1417), e o cronista usou o contexto religioso para legitimar D. João, de Portugal, o apoiante do “bom” papa, na visão dos seus escritos. Segundo Lopes, D. João era apoiado pelos “verdadeiros portugueses”, compostos principalmente pelos “miúdos”, os quais eram contrários ao domínio de Castela.

O Nobre Ideal na *Crônica de D. João I*: Nuno Álvares Pereira

Na medida em que pretendia legitimar e justificar o rei D. João I, o cronista visa elevar as virtudes daqueles que o apoiaram. Conforme já dissemos, a nobreza tradicional apoiou a vinda de D. João de Castela para governar Portugal. Os nobres dissidentes foram, em sua maioria, os nobres segundos, aqueles desprovidos de terras, como era o caso de Nuno Álvares Pereira. Foi este nobre o comandante militar de D. João, responsável por vitórias importantes nas batalhas contra Castela, como as batalhas de Trancoso e Atoleiros, em 1384, e a Batalha de Aljubarrota, em 1385.

Em sua crônica, Fernão Lopes estabelece uma categoria ideal de nobreza chamada por ele de a “mansa oliveira portuguesa”, que ele opõe aos nobres tradicionais, classificados como os “enxertos tortos”. Assim, a nobreza tradicional é vista como possuidora de uma série de atributos negativos: eram cobiçosos, falsos, traiçoeiros e apoiantes de um “herético e cismático”, o rei de Castela, Dom João de Castela. Em oposição, o cronista apresentava um modelo de nobre ideal repleto de virtudes, em quem todos os nobres portugueses deveriam se espelhar: D. Nuno.

Não importa se a realidade tenha sido distinta e se, na prática, D. João I, em processo de centralização, tenha se chocado com vários nobres,

inclusive com D. Nuno. Com a centralização, o monarca retirou do condestável terras que havia lhe dado e por este motivo o nobre ameaçou deixar o reino. O caso acabou sendo resolvido com o casamento entre a filha de D. Nuno e um filho bastardo de D. João. Outros nobres não se contentaram e abandonaram Portugal. Todavia, na literatura foi construída a imagem idílica de um rei perfeito e seu nobre ideal.

Na crônica de D. João, a figura de D. Nuno é sempre elogiada. Já D. João vai se modificando. Inicialmente possui algumas fraquezas e indecisões, mas depois sua personalidade adquire consistência. Os dois funcionam um como complemento do outro no relato do cronista, conforme veremos adiante.

Pelo que podemos observar acerca da descrição de D. Nuno e baseados nas fontes que o cronista utilizou, como a *Crônica do Condestabre*, acreditamos que a figura construída de D. Nuno esteja inspirada em primeiro lugar no modelo hagiográfico. Segundo Saraiva: “Nun’Álvares é um herói hagiográfico, tratado à maneira dos sermões dos pregadores das vidas de santos” (SARAIVA, 1988, p. 193).

No período medieval foram compostas várias vidas de santos e muitos nobres, no final da vida, pretenderam estar mais próximos da santidade ou tornar-se santos. Os santos caracterizam-se por sofrimentos, privações e mostras de coragem.

As hagiografias relatam acontecimentos que acentuavam as características de religiosidade dos biografados. Através da descrição sobre D. Nuno, podemos observar esse traço e a preocupação com a defesa da fé cristã e com os pobres, além do desprendimento em relação a coisas mundanas como glórias, riquezas, entre outras. Além disso, D. Nuno, ao final da vida, fundou e ingressou no Mosteiro do Carmo, o que confirma o seu ideal religioso. A *Crônica do Condestável de Portugal*, relato anônimo sobre seus feitos e uma das fontes de Fernão Lopes, parece corroborar essa inspiração hagiográfica ao afirmar que após a morte do cavaleiro no Mosteiro do Carmo foram feitos muitos milagres ali (CC, 1972).

“E, se muitas obras o Condestável fez em sua vida, ainda hoje e depois de sua morte, Deus, por sua mercê, fez e faz muitos milagres naquele lugar onde seu corpo jaz” (CC, 1972, p. 228). Segundo a crônica dedicada a ele, tal como outros santos, Nuno Álvares “se apartou do mundo para servir a Deus e faleceu em cheiro de santidade” (CC, 1972, p. 219).

D. Nuno teria entrado na Ordem do Carmo com pretensões de controlá-la, chegando a nomear quem iria dirigi-la, o que não poderia ter feito em outras ordens mais importantes. Segundo Saraiva, tornou-se “não apenas administrador, mas de facto chefe da

Ordem” (SARAIVA, 1988, p. 214), procurando ter grande papel religioso, depois de importante atuação militar.

Outra característica a aproximar D. Nuno dos santos, segundo a *Crónica do Condestabre* e a *Crónica de D. João I*, é o seu desejo de manter a castidade, o que o aproxima também do cavaleiro cristão Galaaz, o qual, segundo o romance *A Demanda do Santo Graal*, era chamado pelos eremitas, homens puros, de acordo com o pensamento medieval, de “cousa santa e honrada” (DSG, 1995, p. 21).

Galaaz, reforçando o seu desapego com relação ao mundo corporal, usava ainda uma estamemha, túnica de lã com farpas. Segundo Moisés, “a vestimenta funciona como uma segunda pele, a um só tempo como defesa ante as tentações da carne e como sinal de uma inquebrantável missão” [...] (MOISÉS, 2008, p. 78), a missão de encontrar o Santo Graal.

D. Nuno só havia se casado por imposição materna e após a morte da esposa não contraiu novo matrimônio. É mencionada explicitamente na sua crônica a relação com Galaaz (CC, 1972), passagem que Fernão Lopes também reproduziu na *Crónica de D. João I*, conforme podemos observar abaixo:

[...] (D. Nuno) liia ameude per livros destorias espeçialmente de Galaaz que falla da Tavolla Redomda. E Porque em ellas achava, que **per virtude de virgiüdade de Galaaz acabara grandes e notavees feitos**, que outros acabar nom podiam, **desejava muito de o semelhar em algũa guisa**; e muitas vezes **cuidava em ssi, de seer virgem se lho Deos guisasse**. E por tanto era muito afästado do que lhe seu padre fallara em feito de casamento [...] (FERNÃO LOPES, 1990, v. I, p. 69).¹

Através do estudo das fontes, portanto, é possível afirmarmos que a figura de D. Nuno é inspirada por dois modelos: o hagiográfico e o cavaleiresco. Segundo Megale, D. Nuno incorpora o “ideal cavaleiresco literalmente bebido na leitura das histórias dos cavaleiros da tábola redonda [...]” (MEGALE, 2001, p. 82), sendo “muito claro o seu propósito de repetir a perfeição das virtudes de Galaaz” (MEGALE, 2001, p. 82). O autor ressalta que a matéria da Bretanha cristianizou-se e prosificou-se no século XIII. Além disso, “adaptou-se ao longo do tempo a diversos gostos e influências religiosas que orientaram seus heróis para a busca do Graal, símbolo da graça divina, e contrapuseram aos heróis amorosos os heróis ascéticos como Galaaz e Persival” (MEGALE, 2001, p. 49-50).

O modelo cavaleiresco adotado por D. Nuno, portanto, é o *modelo do romance cristão*, inspirado na novela de cavalaria *A Demanda do Santo Graal*. Esta

narrativa é mencionada indiretamente duas vezes na *Crónica de D. João I*. Na primeira, quando D. Nuno é associado a Galaaz, herói daquele romance, conforme citado acima. Em segundo lugar, quando, em determinado trecho da sua crônica, D. João menciona o rei Artur, associando-o a si próprio, e os cavaleiros da tábola redonda (FERNÃO LOPES, 1990, v. II, p. 187-188). Esses personagens eram conhecidos no reino luso principalmente através das aventuras de *A Demanda*. Na biblioteca de D. Duarte, que incumbiu Lopes de escrever as crônicas dos reis portugueses, havia uma obra intitulada *Livro de Galaaz*, considerada pelos filólogos como sendo realmente *A Demanda do Santo Graal* (MEGALE, 2001). Isso reforça ainda mais a ligação da narrativa de Fernão Lopes com traços deste romance, que comprovadamente era conhecido na época e circulava por escrito em Portugal.

O modelo cavaleiresco de *A Demanda* tem como herói Galaaz. Trata-se de um cavaleiro puro e casto, que é fiel ao rei, devoto e desprendido dos bens materiais. Galaaz, por sua pureza espiritual, é o cavaleiro destinado a encontrar o Santo Graal. Esta pureza é atestada através de várias provas, das quais somente o eleito consegue o sucesso: Galaaz é o único a poder sentar no assento perigoso, conseguir retirar a espada do Pedrão, receber o escudo branco da cruz vermelha (uma alusão aos Cruzados e às ordens militares, como os templários) e, em outro momento, a espada da estranha cinta (DSG, 1995, cf. p. 30, 32, 53, 313). A retirada da espada da pedra, associada a Artur em outros relatos, representa, em *A Demanda*, a soberania espiritual de Galaaz. Quanto ao escudo, quando o rei Bandemaguz tenta se apoderar dele, recebe um ferimento (DSG, 1995). Por fim, os outros dois companheiros de Galaaz, Persival e Boorz, tentam retirar a espada da estranha cinta da bainha e fracassam (DSG, 1995). Somente Galaaz está destinado às mais importantes glórias em *A Demanda*. Por seu caráter e pelo desprezo das vãs glórias mundanas é que Galaaz/D. Nuno são escolhidos por Deus e vencem várias batalhas. Aliás, no relato de ambos os personagens, não é mencionada nenhuma derrota.

Galaaz é tão puro que chega a se aproximar dos religiosos ao realizar em *A Demanda* uma série de milagres: expulsar o demônio, curar uma leprosa que veste a sua estamemha e também fazer um paráltico andar, ações em analogia aos feitos de Jesus (DSG, 1995, cf. p. 301, 307, 454).

O modelo cavaleiresco de D. Nuno é diretamente contrário ao *modelo do romance cortês*, que é aquele seguido pela nobreza castelhana e pela maior parte da nobreza portuguesa. Este último também pode ser entendido como o da “velha

¹ Todos os grifos nas citações são nossos.

nobreza” criticada por Fernão Lopes. Esses nobres são descritos com atributos negativos associados a palavras como vingança, desejo, vontade e roubo (ACCORSI JR., 1997, p. 121).

Segundo Accorsi Jr.,

Eram dados à **traição, cobiça, falsidade, soberba, inveja, vingança, paixão, intriga, apego a bens e à integridade física**. Enfim, eram, sobretudo, contrários à ortodoxia católica: para ser um verdadeiro português era necessário ser um verdadeiro cristão (ACCORSI JR., 1997, p. 132).

O herói do romance cortês é Lancelot, o pai de Galaaz e seu oposto, segundo a visão de *A Demanda do Santo Graal*. O primeiro, embora seja um cavaleiro corajoso e tido na tradição criada por Chrétien de Troyes como o melhor cavaleiro da tábua redonda, capaz de vencer muitas batalhas, ama secretamente a esposa do rei Artur e *traí o rei*.

Segundo Saraiva, em *a Demanda* “é condenada pela base a galanteria cortesã. O amor é considerado pecaminoso, principalmente o amor cortês” (SARAIVA, 1988, p. 69).

Assim, enquanto o pai do herói é criticado por não conseguir abdicar do amor cortês e trair o rei Artur com a rainha Genevra, Galaaz é louvado por seguir as virtudes da piedade e castidade, tornando-se, assim, em *a Demanda*, o modelo de cavaleiro perfeito destinado a encontrar o Santo Graal, vaso com o sangue de Cristo na Cruz, que restabeleceria a prosperidade do reino arturiano.

A *traição* é o principal comportamento criticado por Fernão Lopes. O novo modelo de nobre deveria ser fiel em primeiro lugar à terra de onde ele é natural, isto é, Portugal, e ao monarca português. Temos aqui a louvação a um “nascente sentimento de nacionalidade”, construído na narrativa do cronista. Vencer batalhas, cometer façanhas e ir atrás de aventuras para conseguir renome não é o suficiente no novo modelo de nobre proposto pela Dinastia de Avis, através da Prosa de Avis. Através dela o rei, auxiliado por nobres ideais à causa portuguesa e pelos ‘miúdos’, seria capaz de iniciar os Novos Tempos, isto é, uma nova sociedade baseada na felicidade e justiça social.

A figura de D. Nuno é elogiada em todo o relato da *Crónica de D. João I* e também em outras obras dos príncipes avisinios, como é o caso da *Virtuosa Benfeitoria*, do Infante D. Pedro, e também no *Leal Conselheiro*, de D. Duarte. O condestável é o exemplo do *cavaleiro perfeito*, pois nunca nenhuma atitude sua é criticada. Nuno Álvares é apresentado como desprovido de ambições políticas, sofre a inveja de outros nobres que apoiam D. João, mas que não conseguem indispor o monarca contra seu

comandante militar, é devoto, dá esmolas, participa de procissões, adotando sempre uma postura digna de louvor.

Quanto a D. João, tal como o rei Artur em *A Demanda do Santo Graal*, sua figura está sujeita a erros e indecisões. O seu caráter vai se modificando ao longo da crônica. Da indecisão num primeiro momento em matar o Conde de Andeiro, tido por amante da rainha D. Leonor, ação que acaba por realizar, da dúvida entre permanecer em Portugal ou ir embora do reino, sua figura vai se transformando e consolidando, passando a ser apresentado como exemplo de nobre modelar e de bom rei, de acordo com Fernão Lopes.

O rei Artur também é um personagem que possui falhas humanas. Cometera pecados no passado, como, por exemplo, pelo fato de possuir um filho ilegítimo, gerado em uma donzela tomada à força. Por isso, segundo o rei, em virtude dos “nossos pecados”, isto, é, os seus e os da maioria dos seus cavaleiros, o Graal havia se retirado do reino, gerando, segundo o monarca, fome e sofrimento (DSG, 1995).

D. João, assim como Artur, personifica os erros do povo português segundo a narrativa do cronista, povo que, em virtude de suas faltas, sofre o Cerco de Lisboa, para que mostre através do padecimento que merece ser salvo por Deus. Contudo, D. João I e o rei Artur, embora pecadores, possuem qualidades excepcionais. O rei Artur é nomeado por um inimigo que, a princípio, pretendia matá-lo, como o “melhor rei do mundo” (DSG, 1995, p. 398). D. João, ao longo da crônica, terá ressaltadas as suas qualidades: ele é o eleito de Deus, único capaz de salvar Portugal do domínio estrangeiro e, por isso, um rei exemplar.

Galaaz, que possui um nome com ascendência bíblica, com o significado de “o puro dos puros”, é escolhido para realizar uma missão, encontrar o Santo Graal. D. Nuno é o outro enviado, capaz de garantir as vitórias guerreiras que conduzirão D. João, o eleito de Deus, à condição de rei.

Segundo Teresa Amado, os dois heróis da *Crónica de D. João I* representam um o contraponto do outro. D. Nuno é apresentado com atributos de coragem, força e eficiência combativa, capacidade de perdoar e impaciência em momentos quando é necessária a tomada de decisões políticas. Já D. João é prepotente no trato com os inferiores, mas assume atitudes cortesias e age corretamente ao adotar a prudência em situações politicamente delicadas (AMADO, 1991). Desta forma, a indecisão de D. João é justificada pela gravidade das decisões que tinha que tomar e “em certos casos, pela lucidez

moral e sentido das responsabilidades” (AMADO, 1991, p. 61).

A autora classifica D. Nuno como o “complemento na ação de D. João” (AMADO, 1991, p. 59). Assim podemos entender que, na narrativa de Fernão Lopes, um não pode existir sem o outro. D. João é o eleito de Deus para ser rei, mas para que tal ocorra, necessita do braço armado de D. Nuno.

A ligação de ambos por toda a vida está simbolizada na narrativa do cronista pelo fato de que D. Nuno, feito escudeiro a pedido de D. Leonor Teles durante o reinado de D. Fernando, tenha usado o arnês de D. João. Como era ainda muito jovem e não encontraram naquela hora uma armadura que lhe coubesse, a rainha lembrou que D. João tinha um “*arnês que ouvera em seemdo moço que seeria boom pera NunAllvarez*” (FERNÃO LOPES, 1990, v. I, p. 66-68). Desta forma, D. Nuno acabou por vestir a armadura daquele que seria o futuro rei de Portugal.

No final da I parte da *Crónica* são mencionadas inicialmente as qualidades de D. João que o levaram a merecer ser rei de Portugal. Já o último capítulo é dedicado a glorificar Nuno Álvares e intitula-se “*Como Nunalvarez foy feyto comdestabre e dallguñs modos de seu viver*”.

Em primeiro lugar era *bom e fiel guerreiro*:

Da ardidez e boom rregimento, em que esta a principall cousa da guerra, era elle assi comdido, que quem semelhamte a ell, amtre os mortaees quisesse buscar, assaz lhe seria de trabalho. E porem se escpreve delle, que foi **grande e forte muro, e segundo braço da deffemssom do rreino** assi que com gram voomtade diziam del despois os poboos,: que nehuñ poderá seer emlegido a semelhamte homrra, de que tantos proveitos vehessem ao rreino, e a alteza rreall como deste (FERNÃO LOPES, 1990, v. I, p. 425).

Vocábulos positivos são atribuídos por Fernão Lopes a Nuno Álvares: “estrela da manhã”, “claro em sua geração”, possuía “honesta vida e honrosos feitos”, agia com “discreta mansidão” e “bons costumes”, era um “louvado barão”, “brando era o seu castigo” e dava “grandes e louvados conselhos”.

Como cavaleiro que seguia as corretas regras morais, afastava seus homens dos vícios, como o jogo e as mulheres, que os desvirtuariam de seus afazeres guerreiros. Assim “*trazer molheres, nem jogo nehuñ era comssemtido*” (FERNÃO LOPES, 1990, v. I, p. 425).

Sob sua influência, os homens pareciam pertencer a uma ordem religioso-militar: “[...] de guisa que **seu arreall, nom pareçia hoste de guerreiros, mas honesta rrelligiam de deffemssores**” (FERNÃO LOPES, 1990, v. I, p. 425).

D. Nuno teria analogia com Galaaz e ambos estariam próximos dos santos, pois, segundo Fernão Lopes: “hu tamtas virtudes aviam morada [...] vicio algum podia ser hospede” (FERNÃO LOPES, 1990, v. I, p. 426). Portanto, o condestável está próximo do modelo do *cavaleiro cristão*, que tem como atributos ser piedoso, justo, devoto e fiel ao rei e à “causa de Portugal”, bem como do modelo hagiográfico.

Outra preocupação de D. Nuno, segundo Fernão Lopes, era a *proteção aos mais fracos*, procurando aplicar a justiça e não os desamparando, fornecendo-lhes víveres. Segundo o cronista:

Foi dalta e prudemte comversaom omde compria, e boa e amorosa aos de meor estado; e aos muito pequenos tam doce como parvoo. **Avia compaixom dos pobres e minguados**, nom os leixamdo padecer injuria; **e sua larga mão, sempre era prestes a dar**, omde quer que humanall homrra ou spritual proveito conseguia seu dom (FERNÃO LOPES, 1990, v. I, p. 426).

Ainda característica importante do cavaleiro e que o aproxima do *modelo hagiográfico* era a sua *devoção*. Assim, sempre lembrava dos “*divinaaes offiços*” e tinha “*limpa comçiengia*”. Sobre a piedade desse cavaleiro-modelo, considerava que os nobres deveriam dar o exemplo aos “simples” através do seu comportamento. Assim,

Elle **foi ho primeiro que começou cada dia ouvir duas missas**, dizemdo que assi como os senhores tiinham avantagem de mūdanall exçellemçia sobre o outro comuñ poboo, assi nas sprituaaes obras deviam teer grande melhoria (FERNÃO LOPES, 1990, v. I, p. 426).

D. Nuno, além disso, participava sempre das procissões “com camdeas nas mãos segumdo o dia em que era, ouvimdo sua preegaom e offiço, o mais honesto e devotameente que sse em taaes logares fazer podia” (FERNÃO LOPES, 1990, v. I, p. 426).

De acordo com a *Crónica de D. João I*, ele vencia sempre as batalhas pela inabalável crença em Deus, pois tinha:

[...] firme esperamça, que no mui algo Deos sêpre ouve, feita primeiro sua devota oraçõ aaquell Senhor em cujo poder he todo vemçimento, led e sem nehuñ rreço pellejava sempre com os emmigos (FERNÃO LOPES, 1990, v. I, p. 426).

Outro episódio que lembra o valor guerreiro de D. Nuno é o da Batalha dos Atoleiros (1384). O capítulo é intitulado: “*Como Nunallvarez pos Batalha aos Castellaãos, e os Vemçeo e Desbaratou*.” Antes da batalha, ele reuniu seus homens e, para animá-los diante da superioridade castelhana, disse a eles que se lembrassem de quatro coisas: 1) que se

encomendassem a Deus e à Virgem, que os ajudariam contra os inimigos naquela querela justa; 2) que estavam ali para defender a si próprios, suas casas, seus bens e para livrarem-se da “sujeição ao rei de Castela”; 3) que estavam ali para servir a D. João, seu senhor, e alcançar a honra que Deus logo lhes daria; 4) que todos deviam se esforçar na batalha (FERNÃO LOPES, 1990, v. I, p. 179-183).

Depois de afirmar isso, D. Nuno fincou os joelhos na terra, fez a sua oração à imagem do “Crucifixo, e da sua preciosa Madre que tragia pintada em sua bamdeira, e isso meesmo todollos seus os goelhos em terra com as mãos alçadas sua oraçom” (FERNÃO LOPES, 1990, v. I, p. 181).

Graças a essa atitude piedosa, D. Nuno foi vencedor no combate. A pintura da Virgem Maria protegendo um grande guerreiro aproxima D. Nuno das primeiras imagens sobre o lendário Artur, inicialmente descrito por Nennius, na obra *Historia Brittonum (História dos Bretões)* (800), não ainda como um rei, mas como um *dux bellorum* (chefe guerreiro), que havia vencido os seus inimigos, os saxões, pelo amparo da mãe de Deus.

Assim como ocorreu com o herói D. Nuno, um dos fatores que garantiam a invencibilidade do guerreiro bretão era o fato de trazer pintada em seu escudo a imagem de “Maria sempre Virgem”. Desta forma, Artur conseguiu vencer 12 batalhas contra os saxões, inimigos dos bretões, chegando a matar, em um só dia, 960 homens de acordo com o relato mítico de Nennius, sempre invocando o nome de Santa Maria (ZIERER, 2004). A vinculação entre Artur e D. Nuno é reproduzida ainda por Fernando Pessoa (1934) em seu poema *Mensagem* em que o autor afirma que D. Nuno teria recebido a espada Excalibur pelas mãos do rei Artur.

Por todos os seus atributos de bom cavaleiro, bom cristão, generoso e protetor dos fracos, D. Nuno merecia ser louvado por Fernão Lopes: “*assi no temporall come spirituall, vivo e depois da morte, sempre foi avudo em grande rreverença de todo ho poboo*” (FERNÃO LOPES, 1990, v. I, p. 426).

Seguindo o modelo cristão apontado em *A Demanda do Santo Graal*, ao final da vida entrou para o Mosteiro do Carmo. Nessa narrativa, os cavaleiros-eleitos, Galaaz e Persival, morrem depois de completada a demanda, já Boorz, o terceiro dos eleitos, retorna a Camelot e torna-se ermitão.

É interessante observarmos com mais detalhes algumas características deste nobre que influenciou D. Nuno, Galaaz. Este é caracterizado como o modelo de cavaleiro perfeito. No romance *A Demanda do Santo Graal* é por sua alta religiosidade e pureza de coração que ele encontra o Graal, o vaso

com o sangue de Cristo na cruz. É ele também quem tem as mais altas revelações durante a demanda.

Portanto, de acordo com o texto, o motivo de Galaaz ser o melhor cavaleiro, aspecto que se expressa também no físico, é a sua ausência de vícios comportamentais (dentre os quais o mais enfatizado pelos *oratores* era a luxúria) e o fato de possuir todas as virtudes desejadas em um cristão: preocupava-se sempre em rezar e pedir perdão a Deus, era virgem e casto e também se alimentava frugalmente, em uma atitude de desprezo aos prazeres carnavais.

Segundo o rei Pescador sobre as qualidades do herói:

Filho, **Santo Cavaleiro** e santa Gusa, comprido de gram direito, Rosa Direita e Lírio me semelhas diretamente porque **és limpo de toda a luxúria**. Rosa me semelhas tu diretamente porque **és mais fremoso de outro cavaleiro** e melhor e de milhor donairo, **comprido de todaslas virtudes e de todalas boas manhas do mundo** (DSG, 1995, p. 435).

D. Nuno também desejou copiar o modelo de Galaaz, conforme mencionam a *Crónica do Condestabre* e a *Crónica de D. João I* e procurou manter-se virgem, mas, por imposição paterna, casou-se. Todavia, após ficar viúvo, nunca mais contraiu matrimônio e na velhice ingressou na Ordem do Carmo, conforme já vimos.

O nobre ideal é totalmente fiel ao monarca, segundo Fernão Lopes. Por isso, Nuno Álvares representa o cavaleiro perfeito que, de boa vontade, se submetia ao soberano por reconhecer neste as qualidades de chefe que o tornariam rei. Este monarca, de acordo com a descrição do advento da “Sétima Idade”, período de enobrecimento dos humildes e de prosperidade iniciado pela nova dinastia, segundo o cronista, traria um novo equilíbrio social, atendendo a algumas demandas dos setores mercantis, nobilitando alguns de seus membros e se apoiaria em elementos secundogênitos que haviam aderido à causa do Mestre de Avis.

Em um exemplo significativo do relato, D. Nuno ajoelha-se de boa vontade diante do Mestre antes ainda de sua eleição como monarca. Este quer impedir o nobre:

Nuno Alvarez **se ficou em joelhos antelle por lhe beyjar as mãos**, e o Meestre o nom quis cõssemir; e ell estando em geolhos antelle, trabalhava por lhas beyjar e o Meestre por o levantar, dizendo que nom era tall como elle, pera lhe darem a beyjar as mãos [...] (FERNÃO LOPES, 1990, I, p. 322).

De um lado temos a recusa em D. João para que D. Nuno realizasse tal ação e de outro D. Nuno que insistia por reconhecer em D. João a qualidade superior de nobre acima dos demais que o qualificava como rei. Por isso, D. Nuno consegue realizar o seu intento: “E em fim de suas rrazoões, **NunAllvarez numca sse quis levamtar ataa que o Meestre conssemtio de lhe beijar as mãos;** emtom se levamtou e foromsse ambos pera a camara [...]” (FERNÃO LOPES, 1990, v. I, p. 322).

Assim, a mensagem sutil de Fernão Lopes era que se o nobre mais perfeito do reino se submetia a D. João, todos os demais deveriam fazê-lo também.

Além disso, o cronista sempre relaciona perfeição e religiosidade. Assim, o pai de Nuno Álvares afirma mais tarde que o filho “em todallas batalhas que emtrasse, seempre dellas seeria **vemçedor, com tanto que sse chegasse a deos em todas suas obras** e nehuña cousa fizesse em seu deserviço” (FERNÃO LOPES, 1990, v. I, p. 67).

D. Nuno, o cavaleiro ideal, sofre a *inveja* dos próprios nobres que apoiavam D. João. Segundo o cronista, eles haviam combinado que discordariam de qualquer opinião de Nuno Álvares relativa à guerra, mesmo que fosse boa, com o intuito de promover a discórdia entre o Mestre de Avis e seu chefe militar. Ao perceber tal atitude, D. Nuno adota a simplicidade, segurança e complacência com relação aos companheiros. Ele *ri* de tal manobra. Já D. João fica descontente com essa atitude dos nobres e procura dissuadi-los de tal comportamento. No episódio, parece que o problema da *inveja* foi solucionado, mas vários outros são citados nas crônicas de D. João e do Condestabre. É interessante observarmos a descrição na *Crónica de D. João I*:

NunAllvarez veemdo esto **começou de rriir, sabendo bem parte porque o faziam.** O Meestre quando vio pregumtoulhe por que assi rria; e ell lhe comtoulhe todo como era, e por que desacordavom do que ell dizia; **o Meestre se maravilhou muito de tall emveja,** e teve com elles jeito em lhe fallar, de guisa que nom tiveram mais tall teemçom, e foro dalli em deamte todos em huñ acordo (FERNÃO LOPES, 1990, v. I, p. 104).

Assim, Nuno Álvares é um modelo de nobre, porque, além de ser piedoso, bom cristão, preocupado com os pobres e obediente à autoridade do Mestre de Avis, era ainda condescendente com os invejosos, motivos que o tornavam um ideal a ser seguido pela nobreza portuguesa.

O Modelo de Rei Ideal: D. João I

Na *Crónica de D. João I*, o atributo arturiano está presente não só através da demonstração da grande capacidade bélica do rei como também através da

explícita menção a Artur e aos cavaleiros da tábola redonda. É interessante o fato de D. João I comparar a si próprio ao rei Artur, ao dizer que lhe faziam falta os cavaleiros da tábola redonda, pela demora do cerco sobre a cidade de Coria, que estava sob o domínio do rei de Castela (FERNÃO LOPES, 1990, v. II). A citação ao mito do rei ideal na crônica, fazendo uma analogia explícita entre este e D. João I, reforça que o rei Artur era um modelo de conduta régia e cavaleiresca.

É interessante observarmos a figura de Artur em *A Demanda do Santo Graal*. Ele é essencialmente um rei-guerreiro, traço ligado aos primeiros escritos sobre Artur como rei, como, por exemplo, a *Historia Regum Britanniae*. Contudo, este rei que dá provas de sua força e habilidade guerreira é também um reipegador, motivo pelo qual o Graal afastou-se de seu reino. Artur é ao mesmo tempo na narrativa “o melhor rei do mundo” e também um “pecador” (ZIERER, 2003).

Em Portugal o modelo que circulou baseou-se na imagem do rei-guerreiro. Não apenas em *A Demanda do Santo Graal*, mas também outras obras como o *Libro de las Generaciones* e o *Nobiliário do Conde D. Pedro* que apresentam a genealogia dos reis bretões e Artur com traços do rei invencível construído por Geoffrey de Monmouth.

O uso da imagem arturiana pela dinastia de Avis esteve claramente ligado a Nuno Álvares e D. João I. No mesmo momento em que a crônica descreve D. Nuno, fala também das boas qualidades do Mestre de Avis, afirmando que, embora tivesse dúvidas inicialmente se deveria ficar em Portugal após a morte de D. Fernando, seu coração de nobre ligado aos ideais arturianos desejava defender a terra. Segundo Fernão Lopes: “**seu grande coração desejador de cavalleiros feitos** o fazia emclinhar, a todavia ficar em elle, e se poer a quallquer ventuira por deffemssom da terra” (FERNÃO LOPES, 1990, v. I, p. 79).

A simpatia pelo Mestre de Avis é enfatizada pelo cronista pelo fato de que, entre a população da cidade, da “arraia miúda” com seus “vemtres ao sol” até as mulheres o apoiavam: “*E nom soomente os homeês como dito he, mas as molheres amtre ssi tiinham bando pollo Meestre, comtra quallquer que de sua parte nom era*” (FERNÃO LOPES, 1990, v. I, p. 87-88).

Importante lembrarmos que sempre aparecem as qualidades de homem de fé, de saber e que exercia a largueza, preocupado em agradar a Deus e à população em geral, o que confirmaria o discurso do cronista acerca da ideia do Messias de Lisboa.

Uma das características é que D. João sempre tem ao seu lado um grupo de fiéis que não aceitam a

submissão ao rei de Castela. Assim, no capítulo 67, aparecem escudeiros que se recusam a prestar homenagem ao rei de Castela:

[...] sabe que elles nem eu **nom temos voomtade per nehũa guisa de tomarmos solldo do rei delRei de Castella, nem vosso pera o aver de servir**; amte nos partiremos todos de vos, que avemos de tomar seu soodo nem seermos seus. **Mas sse vos quiserdes teer a teemçpom do Meestre e de Lixboa, digovos que nom avees mester ouro nem prata, nem outro dinheiro que nos dees; mas todos de booa voomtade despemderemos os corpos e vidas, e quanto teemos por vos servir e morrer com vosco hu quer que vos fordes**; e esta he nossa finall emteemçom, da quall já nom teemos de desviar [...] (FERNÃO LOPES, 1990, v. I, p. 131).

Em contraponto com eles, Fernão Lopes apresenta os *fidalgos cobiçosos*, favoráveis ao rei de Castela. É possível ver neste caso os *adjetivos negativos* utilizados pelo cronista, o que mostra de forma clara a oposição entre os bons portugueses, expressos no ideal de D. Nuno, e os maus, conforme pode ser visto abaixo:

[...] emtanto que posto que o amor da terra e naturall afeiçom costamgesse mujitos fidallgos e alcaides de castellos a teer com Portugall, amte que com Castella; outros porem avia hi taaes, que husando de **cobiça** mesturada com **emteemçom maliciosa**, e dellles com temor e rreço de cada huï perder sua homrra, desi cobrar outra mayor da que tiinha, lhe fez de todo escolher o contraio; per tall modo que foi o rreino deviso em ssi, e partido em duas partes. **E mui poucos lugares e fidallgos tomarom voz do Meestre pera o ajudar, e todollos outros se derom a elRei de Castella obedeeçemdo a sseu mandado** [...] (FERNÃO LOPES, 1990, v. I, p. 133).

Fernão Lopes aponta assim que a maior parte da nobreza portuguesa ficou ao lado do rei de Castela e poucos seguiram aquele que era o eleito de Deus, o Messias de Portugal, D. João.

D. João demonstra, segundo Fernão Lopes, possuir *grande bondade*. Ele dá exemplos desta qualidade no capítulo 50, ao afirmar que o mestre demonstrava preocupação com a alma de seu irmão, o finado D. Fernando, encarregando pessoas devotas que rogassem a Deus por aquele e pelo estado do reino, enviando mantimentos a elas (FERNÃO LOPES, 1990, v. I).

Assim, o cronista vai, desde o início da crônica, enfatizando os *aspectos positivos de D. João* que confirmariam a sua eleição como regedor do reino, inicialmente em 1383, e posteriormente sua aclamação como rei nas Cortes de Coimbra em 1385.

D. João, assim como D. Nuno, possuía as características de *bom nobre*, motivo pelo qual fora escolhido por Deus para ser rei. O cronista também enfatiza as qualidades de *largueza*, isto é, a generosidade do Mestre de Avis após o Cerco de Lisboa, quando ainda era regedor e defensor do reino. Segundo Fernão Lopes, D. João “*mais parecia que fora emlegido pera largo distribuidor dos bẽes e terras do rreino, que pera seer deffemssor delle.*” (FERNÃO LOPES, 1990, v. I, p. 344).

Tal elogio da crônica contrasta vivamente com as atitudes tomadas por D. João quando rei, que obrigou a vassalagem dos nobres somente à coroa, chegando a levar vários nobres descontentes a sair do reino e a ocorrer conflitos entre o monarca e Nuno Álvares.

É bom lembrarmos que as qualidades de D. João, como rei, são inspiradas nos reis bons do Antigo Testamento, como Davi e Salomão, e também em modelos cavaleirescos como o rei Artur, que tem como um dos traços principais o de ser um rei-guerreiro. Durante o período medieval foram compostos espelhos de príncipes com as normas de como os reis deveriam se comportar, inspirados principalmente em Davi, Salomão, Ezequias e Josias (LE GOFF, 1999, p. 361). Segundo o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* (LL) (1340), Davi e Salomão possuem as características de serem bons reis (MATTOSO, 1980, v. II, p. 63), o que envolve a obediência a Deus, a preservação da sua fé e a luta contra os inimigos de Iaweh, daí serem vistos positivamente (ZIERER, 2004).

D. João tem as características dos reis perfeitos, segundo Fernão Lopes, que as apresenta no discurso proferido por João das Regras nas Cortes de Lisboa. O bom rei e seu candidato, isto é, o Mestre de Avis deveria

[...] seer de boom linhagem, e de grãde coração pera deffemder a terra; desi que aja **amor aos súbditos**. E com isto **bomdade e devoçom**. Hora que estas comdições sejam achadas no Meestre, nosso senhor, que teemos ã voomtade pera emleger, assaz é visto como todos bem sabees (FERNÃO LOPES, 1990, v. I, p. 420).

A Segunda Parte da *Crônica de D. João I* faz um elogio ao monarca, buscando enfatizar as suas qualidades. Assim, o sugestivo título do prólogo é “*Do Reinado dellrrey Dom Joham, decimo Rei de Portugall e primeiro do nome e a segunda parte de sua lemda*”.

O cronista deixa bem claro que seu objetivo é o de *louvar* e que, mesmo fazendo assim, tudo o que disser será pouco, comparado com a figura do monarca que quer descrever.

Em primeiro lugar, Fernão Lopes cita a religiosidade de D. João:

Este grande e muy homrrado Senhor, mais excelente dos Rex que ãe Portugal reinaraõ, foy sempre **bem fiell catholico**, em guisa que aquello que no primcipe mães resprandeçe, a saber, **direita fee, era em elle compridamente, sendo muito devoto da priçiosa Virgem em que avia symgular e estremada devação** (FERNÃO LOPES, 1990, v. II, p. 2).

Por tal motivo, segundo o cronista, D. João havia traduzido um Livro de Horas da Virgem Maria e também mandado traduzir atos dos Apóstolos, epístolas e outros livros santos (FERNÃO LOPES, 1990, v. II, p. 2).

Fernão Lopes também enfatiza a *obediência de D. João à Igreja*, uma das justificativas, conforme já apresentado, de sua eleição como rei e justificadora de sua ascensão ao poder, pois D. João havia sido sempre “muy obidiente ao alto Pastor da Igreja, avêdo homrada e onesta reveremçia os prelados e ministros dela” (FERNÃO LOPES, 1990, v. II, p. 2).

Além disso, sempre “louvou a seu Deus, damdo lhe muitas graças, guardando **pura fee** inteiramente a todos os seus vizinhos e contrairos” (FERNÃO LOPES, 1990, v. II, p. 2).

Sobre as qualidades de D. João como nobre, o prólogo afirma que ele sempre andou por “real estrada” sem nunca se desviar e que seguia todo um código desejável à nobreza, seguindo as normas corretas da chamada cortesia, pois:

Sua converçassão era de bramdos e homrrosos costumes e prazivẽs mamdados de cumprir, **husamdo sêpre de mesura s palavras e cortezes** e nehũa torpeza nem vilão ffalar nunca foy ouvido de sua boa (FERNÃO LOPES, 1990, v. II, p. 2).

Assim era louvado o fato de D. João seguir normas adequadas de comportamento em público e costumes próprios de um nobre, atestando o seu afastamento dos que não pertenciam a essa categoria social (“nenhuma torpeza ou falar vilão nunca foi ouvido [sic] de sua boca”).

Em oposição ao rei de Castela, que somente levanta o cerco ao perceber que sua mulher estava acometida de peste (FERNÃO LOPES, 1990, v. I), D. João é apresentado como um rei fiel no casamento e que tinha um cuidado especial com as mulheres. Assim, o cronista chama a atenção para o fato de reis que, por causa de mulheres, haviam colocado em “*grande perigo de suas almas e escamdolo do povo*” (FERNÃO LOPES, 1990, v. II, p. 3), o que representa uma crítica velada a D. Fernando, que havia se casado com mulher já casada anteriormente, o que fora contrário à vontade da população (FERNÃO LOPES, 1997, p. 75).

Já D. João, de acordo com Fernão Lopes, devia ser “louvado” por haver se absterido de ser castigado por tal vício, o da luxúria, “*despoes que tomou por parceira a [muy esplamdeçente em linhagem e costumes] Rainha dona Felipa*” (FERNÃO LOPES, 1990, v. II, p. 3). Portanto, o rei cumpria as funções de bom rei e bom esposo, aspectos essenciais para a salvação do reino.

Sobre o casamento, em outro contraste com o de D. Fernando/D. Leonor, o cronista afirma que D. João “*homrou muito e amou sua mulher de onesto e saõ amor*” (FERNÃO LOPES, 1990, v. II, p. 3). Assim, pautou-se nas regras da tolerância e do comedimento, ao passo que D. Fernando foi movido pela paixão, até mesmo pelo excesso, levando ao mal do reino, conforme a visão apresentada por Fernão Lopes na *Crônica de D. Fernando*. De acordo com o autor, por haver desprezado princesas para casar-se com D. Leonor, os sabedores da época diziam que “todo homem namorado tem uma espécie de sandice” (FERNÃO LOPES, 1997, p. 80). O próprio D. Fernando às vésperas da morte e quando foi receber os sacramentos, arrependido de suas antigas ações, teria afirmado, segundo o cronista, que: “Tudo isso creio como fiel cristão, e mais creio que Ele me deu estes reinos para mantê-los em direito e justiça, e eu **por meus pecados** fiz de tal maneira que Lhe darei deles muito má conta” (FERNÃO LOPES, 1997, p. 138).

Outro importante elemento apresentado por Fernão Lopes sobre a figura do rei é o exercício da **tolerância**, da boa função de julgar e punir e de exercer o controle sobre os seus pares, na sua condição de soberano. Segundo Nobert Elias, o rei na sociedade medieval e moderna era capaz de disciplinar a nobreza e exercia papel equilibrador na sociedade (ELIAS, 1994, v. I, p. 191).

Ao longo do período medieval as atitudes da nobreza foram gradativamente controladas através da educação e buscaram suavizar o caráter agressivo desse grupo através de normas de comportamento e do controle das emoções. Assim foram estimuladas ações comportamentais, com a criação de modos de comportar-se à mesa e atitudes de conduta “cortes” aos cavaleiros. É bom lembrarmos que havia a necessidade de se reprimir o que Elias chama de “brutalidade” desse grupo, que adotava atitudes cruéis com relação aos inimigos, buscando tomar suas terras e matar os seus dependentes para dar prejuízo ao oponente, uma vez que “o prazer de matar e torturar era grande e socialmente permitido” (ELIAS, 1994, v. I, p. 192), daí a necessidade, gradativamente, de controle sobre suas ações. Essas atitudes da nobreza eram uma ameaça à sobrevivência da própria estrutura da sociedade, uma

vez que nobres atacavam outros nobres, motivo pelo qual o monarca, ao longo da Idade Média Central e principalmente da Baixa Idade Média, conseguiu apoio no seu processo de fortalecimento, adotando assim medidas de controle sobre esse grupo.

Com a centralização régia, boa parte dos cavaleiros tornou-se uma nobreza de corte, passando a depender dos favores régios. Neste sentido, a *Crónica de D. João I* apresenta um modelo educativo para o controle das emoções da nobreza, que deve estar submetida aos interesses do monarca. As atitudes comportamentais ideais apontadas pelo documento pautam-se no modelo de D. Nuno, com sua destreza guerreira voltada à proteção da fé cristã e sua inquebrantável fidelidade ao monarca. Quanto ao seu contraponto ideal, o rei D. João, é aquele que, além de bom cristão, sabe exercer bem a realeza, adotando atitudes corretas na condução da sociedade, disciplinando-a.

De acordo com Paulo Accorsi Jr. (1997), referindo-se a uma expressão de D. Duarte, (filho e sucessor de D. João I) no *Leal Conselheiro*, o soberano era capaz de “temperar os afetos” e exercer assim a qualidade da temperança. Esta qualidade de D. Duarte poderia ser aplicada igualmente a D. João, seu pai, pois, no dizer do cronista Fernão Lopes, a disciplinarização da sociedade era assim praticada pelo Rei da Boa Memória:

[..] **mança e byninamente castigava:** asy que ambas as **virtudes que no Rey deve** daver, a saber, **justiça e piedade**, eraõ em elle compridamente. [...] castigão os seus com tall descripção que lhes não fyzessem nenhũ nojo por que se levantasse entre elles desvairo (FERNÃO LOPES, 1990, v. II, p. 3).

Desta forma era enfatizada a atividade reguladora do rei. Este devia zelar para o bem da sociedade, punindo os maus de forma adequada, isto é, “mansa e benignamente”, para que o exercício de justiça fosse plenamente consolidado. Além disso, deveria ser um bom cristão, daí ter como característica central a piedade.

Fernão Lopes também enfatiza diversas vezes as *qualidades de nobre* possuídas pelo monarca:

Foi de grande emtemdimento e **muy nobre por custumees:** Dino de **grande homrra** e muito de amar, sendo gracioso cõpanheiro açerqua dos senõres e fidallguos e benino tratador do comum povo (FERNÃO LOPES, 1990, v. II, p. 3).

Além de ser bom nobre e generoso, D. João era apreciado, segundo o autor, pelos seus pares e tratava o povo com bondade. Na *Crónica de D. João I*, Fernão Lopes termina as virtudes do prólogo, afirmando que D. João “*parecia digno de reinar per vertudes e boas comdições que por reall jeração de que deçemdesse*”

(FERNÃO LOPES, 1990, v. II, p. 3). Portanto, entende-se o motivo de se louvarem tanto as qualidades de D. João: funcionam como um substituto ao fato de não provir de linhagem régia, sendo bastardo. O cronista convenientemente evita falar da questão da bastardia e menciona sempre que D. João era “filho de rei”.

Através das virtudes apresentadas sobre o monarca e da escolha divina por ele, apresentada pelo cronista como o “Messias de Lisboa”, salvador de Portugal contra o domínio castelhano, estavam mais que justificados o seu governo e o da sua descendência. Seus filhos deveriam pautar-se nas suas ações e os outros nobres deveriam ser tão fiéis e submissos quanto D. Nuno.

O autor finaliza esta parte afirmando sobre D. João que: “*todalas umanaẽs vertudes floresceraõ em ti*” (FERNÃO LOPES, 1990, v. II, p. 3-4), e finaliza o prólogo dizendo que havia falado de poucas qualidades pelo seu “*sympplẽz razoamento*” (FERNÃO LOPES, 1990, v. II, p. 4), quando na verdade tinha falado muito, cumulando o monarca de elogios.

Conclusão

Os dois modelos de nobre e rei ideal apresentados pelo cronista Fernão Lopes, D. Nuno e D. João I, são os de homens *piadosos* que, com o seu comportamento, auxiliariam a salvação de outras pessoas em Portugal.

Portanto, não somente por serem piedosos, mas por possuírem qualidades da nobreza que aparecem ligadas a Galaaz e ao rei Artur como o fato de serem caridosos bons, cortesões e justos, D. João I e D. Nuno Álvares Pereira representaram os modelos apresentados por Fernão Lopes para a construção de uma nova sociedade.

A imagem de Nuno Álvares Pereira na *Crónica de D. João I* tinha como modelo de conduta o personagem Galaaz, exemplo perfeito de cavaleiro cristão, virgem e vencedor de todas as batalhas de que participou. A simbologia de D. Nuno congrega em si os aspectos hagiográficos e cavaleirescos em total obediência ao monarca, motivos que o tornavam um modelo desejável que a Dinastia de Avis pretendia apontar para ser seguido por todos os nobres do reino.

Ao contrário da tradicional nobreza portuguesa que até então tinha caráter peninsular e em sua maioria apoiava o rei de Castela – por esse motivo apresentada no relato de Fernão Lopes como os “*enxertos tortos*” da mansa oliveira portuguesa –, D. Nuno apresenta os elementos do cavaleiro cristão, tal como Galaaz. Era justo, casto, obediente ao rei, bom cristão.

Esse modelo de cavaleiro, que, simbolicamente, como D. Nuno, se ajoelhava reconhecendo a autoridade do chefe, era o desejado pela nova dinastia, a qual apresentou em seus escritos – a Prosa de Avis, normas de conduta, estimulando a monarquia e a nobreza a adotarem a atitude da temperança. Quanto aos nobres, além do controle das emoções, deveriam em primeiro lugar ter obediência aos superiores e, mais especificamente, ao rei.

Com relação ao soberano, e especialmente em virtude de D. João ser um “filho natural”, isto é, bastardo, o cronista procurou valorizar as virtudes do monarca: além da piedade e religiosidade, a largueza (generosidade), a fidelidade no casamento e o seu senso de justiça, através da tolerância ao conduzir a sociedade e da temperança na punição das faltas. Assim, nessa nova sociedade, o nobre é totalmente fiel ao seu rei e este exerce o seu papel civilizador, castigando “mansamente” e disciplinando a sociedade.

Agradecimentos

Agradecemos ao Prof. Dr. Álvaro Alfredo Bragança Jr. (Depto de Letras/UFRJ) pela revisão ortográfica do texto.

Referências

- ACCORSI JR., P. **Do azambujeiro bravo à mansa oliveira portuguesa**. A prosa civilizadora na corte do Rei D. Duarte (1412-1438). 1997. 206f. Dissertação (Mestrado em História Social)-Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.
- AMADO, T. **Fernão Lopes, contador de história**. Lisboa: Estampa, 1991.
- CC. **Crónica do condestável de Portugal D. Nuno Álvares Pereira por autor anônimo do século XV**. Lisboa: Sá da Costa, 1972. (Adaptação de Jaime Cortesão).
- DSG. **A demanda do Santo Graal**. ed. de Irene Freire Nunes Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1995.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. (2 volumes).
- FERNÃO LOPES. **Crónica de D. João I** (CDJ). Ed. de M. Lopes de Almeida e A. de Magalhães Basto. Lisboa: Livraria Civilização, 1990. (2 volumes).
- FERNÃO LOPES. **Crónica de el-rei D. Fernando** (CDF). In: SARAIVA, A. J. (Ed.). **As crônicas de Fernão Lopes**. Lisboa: Gradiva, 1997. (Selecionadas e transpostas em português moderno).
- FERREIRA, M. C. Imagens dos reis na cronística medieval. In: MORENO, H. B. (Coord.). **História de Portugal Medieval**. Lisboa: Universidade Aberta, 1995. p. 15-19.
- LE GOFF, J. **São Luís**. Biografia. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- MARQUES, A. H. O. Fernão Lopes. In: SERRÃO, J. (Dir.). **Dicionário de história de Portugal**. Porto: Livraria Figueirinhas, 1976. p. 56-57.
- MATTOSO, J. **Livro de linhagens do Conde D. Pedro**. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980. (2 volumes.)
- MEGALE, H. **A demanda do Santo Graal: das origens ao códice português**. São Paulo: Atêlie Editorial, 2001.
- MOISÉS, M. Sedução e cortesania: o Graal como prêmio. In: **Signum** - Revista da Associação Brasileira de Estudos Medievais, v. 10, p. 73-93, 2008.
- MONTEIRO, J. G. **Fernão Lopes, texto e contexto**. Coimbra: Minerva, 1988.
- PESSOA, F. **Mensagem** (1. ed. 1934). São Paulo: Hedra, 1997.
- SARAIVA, A. H.; LOPES, O. **História da literatura portuguesa**. Porto: Porto Editora, 1978.
- SARAIVA, A. J. **Crepúsculo da Idade Média em Portugal**. Lisboa: Gradiva, 1988.
- SARAIVA, A. J. Introdução. In: SARAIVA, A. J. (Ed.). **As crônicas de Fernão Lopes**. Selecionadas e transpostas em português moderno. Lisboa: Gradiva, 1997. p. 17-32.
- SOUZA, A. **História de Portugal** (Dir. de José Mattoso). Lisboa: Estampa, s/d. v. II.
- TAVARES, M. J. P. F. **Pobreza e morte em Portugal na Idade Média**. Lisboa: Presença, 1989.
- ZIERER, A. M. S. **Paraíso, escatologia e messianismo em Portugal à época de D. João I (1383-85/1433)**. 2004. 280f. Tese (Doutorado em História Social)-Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.
- ZIERER, A. M. S. Artur como modelo régio nas fontes ibéricas medievais (Parte I): a demanda do Santo Graal. In: ZIERER, A. M. S.; CAMPOS, L. (Coord.). Brathair. **Revista de Estudos Celtas e Germânicos. Edição temática Matéria da Bretanha**. v. 2, p. 31-44, 2003. Disponível em: <www.brathair.com>. Acesso em: 20 mar. 2009.

Received on February 24, 2010.

Accepted on June 28, 2010.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.